



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO SOBRE O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – DECÊNIO 2024-2034
(PL 2614/24)**

EMENDA Nº ____ / 2025

*Emenda Aditiva ao PNE, referente ao
Objetivo 7 do Anexo do Projeto de Lei.*

Art. 1º Acrescenta-se a Estratégia 7.xx ao Objetivo 7 do Anexo do Projeto de Lei, com a seguinte redação:

Estratégia 7.xx. Determinar que os provedores de redes sociais e de serviços de mensageria privada disponibilizem, anualmente, aos órgãos federais de regulação e pesquisa, informações consolidadas e anonimizadas sobre o perfil de usuários menores de 18 anos, incluindo dados desagregados por unidade federativa quanto ao tempo médio de uso, faixas etárias, tipo de conteúdo acessado, funcionalidades mais utilizadas e demais padrões de comportamento digital, com a finalidade de subsidiar estudos, diagnósticos e políticas públicas voltadas ao monitoramento e à avaliação dos impactos das tecnologias digitais sobre o aprendizado, o bem-estar e o desenvolvimento de crianças e adolescentes.





JUSTIFICATIVA

A crescente penetração de redes sociais e serviços de mensageria privada entre crianças e adolescentes exige políticas públicas baseadas em dados para mitigar riscos e promover o uso pedagógico e saudável das tecnologias digitais. Apesar de seu uso massivo, há escassez de dados públicos sistematizados sobre os padrões de uso dessas plataformas por menores de idade no Brasil.

A disponibilização periódica de informações básicas — como tempo de uso, faixa etária, tipo de conteúdo acessado e funcionalidades mais utilizadas — é fundamental para a formulação de diagnósticos precisos e para o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento de efeitos adversos à saúde mental, ao desenvolvimento socioemocional e ao desempenho educacional de crianças e jovens.

Ao exigir que os provedores disponibilizem dados anonimizados e desagregados por unidade federativa, esta estratégia fortalece a capacidade de órgãos federais como o Inep, o IBGE e a Anatel de realizar estudos técnicos, alimentar indicadores educacionais e apoiar a formulação e avaliação de políticas educacionais alinhadas à realidade digital vivida pelos estudantes. A medida também está em consonância com o princípio da responsabilidade compartilhada no cuidado e proteção integral de crianças e adolescentes, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), e com os marcos legais da proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD).

Portanto, a inclusão desta estratégia no Plano Nacional de Educação 2024–2034 é essencial para garantir o monitoramento efetivo do impacto das tecnologias digitais no processo de ensino-aprendizagem e no bem-estar estudantil.

Sala da Comissão, 20 de maio de 2025

Pedro Uczai
Deputado Federal

